



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 8/2019, em que é recorrente **Ayo Abel Obire** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

## **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

### **ACÓRDÃO N.º 19/2019**

#### **I - Relatório**

1. **Ayo Abel Obire**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 15/2019, de 21 de março, na parte em que indeferiu o seu pedido de soltura como medida provisória, veio, ao abrigo dos artigos 134.º e 84.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, apresentar a presente reclamação, na qual, além da reprodução dos factos que tinha articulado na petição de recurso de amparo n.º 08/2019, alegou, no essencial, que:

1.1. *“A decisão que ora se reclama põe em causa a jurisprudência já consolidada proferido por esta corte, que na maioria das vezes pugnou pelo deferimento da aplicação da medida provisória, artigos 11.º e 14.º da Lei do amparo;*

1.2. *Exigir uma pessoa detida prova dos prejuízos que a prisão causou ou lhe podia causar, é fazer uma interpretação passível de violar o sentimento de justiça;*

1.3. *Contudo, diante de todo exposto, não resta dúvidas de que a decisão que indeferiu a aplicação de medidas provisórias merece uma nova e melhor apreciação e ela deve ser conformada com as jurisprudências assentes proferidas por esta Corte, uma vez que a LIBERDADE, é um direito fundamental para qualquer cidadão.”*

2. Termina, repetindo o pedido que havia formulado, ou seja, que se lhe restitua a liberdade como medida provisória.

## II - Fundamentação

Não há dúvida que com a presente reclamação o que se pretende é manifestar a inconformação com o Acórdão n.º 15/2019, de 21 de março, na parte em que este indeferiu o pedido de adoção de medida provisória. Por conseguinte, não se trata de uma reclamação, mas, sim, de um recurso ordinário, embora sem suporte legal.

Ninguém é obrigado a concordar com as decisões jurisdicionais. Vale dizer que a inconformação com as decisões proferidas em processos judiciais é um direito que assiste aos intervenientes processuais e que se materializa através das diferentes formas de impugnação.

Todavia, o direito ao recurso não pode ser ilimitado.

O sistema permite que se interponha recurso de certas decisões, mas também estabelece limites. Pois, num sistema onde o direito ao recurso fosse ilimitado, os princípios de segurança, certeza e estabilidade jurídicas decorrentes dos efeitos do caso julgado não teriam lugar. Mas isso situar-se-ia nos antípodas do sistema vigente em Cabo Verde.

Por isso, nos casos em que já não seja possível interpor mais recurso dentro da mesma espécie processual, como nas decisões do Tribunal Constitucional que ponham termo ao recurso de amparo ou que decida sobre uma medida provisória, admite-se que, por via incidental pós-decisória, sejam pedidos esclarecimentos sobre eventuais obscuridades, ambiguidades, omissões ou, inclusive, declaração de nulidade de decisões, desde que sejam observados os pressupostos e requisitos legais.

Este Tribunal, através de sucessivos arestos, designadamente, o Acórdão n.º 9/2018, de 3 de maio, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 35, 6 de junho de 2018, o Acórdão 24/2018, de 20 de dezembro, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 88, de 28 de dezembro de 2018, e o Acórdão n.º 05/2019, de 7 de fevereiro, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, nº 28, de 13 março de 2019, acolheu jurisprudência conforme a qual todas as suas decisões estão sujeitas a pedidos de reparação ao considerar que *“são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade”*. Por conseguinte, a resposta à questão de se saber se também as decisões de amparo estão sujeitas a pedido de esclarecimento é evidente, até porque não há qualquer particularidade em tal mecanismo que obste a que um recorrente possa ver esclarecidos determinados trechos que sejam obscuros ou ambíguos, nomeadamente porque terá sempre um interesse processual em acompanhar a execução que se faz da própria decisão, especialmente se estimatória do próprio pedido de amparo. É também jurisprudência assente que o Tribunal Constitucional é sempre o competente; que todo o jurisdicionado pode fazê-lo, desde que nos prazos previstos na Lei. Portanto, se o caso em apreço fosse realmente uma reclamação conforme definida pelo acórdão acima mencionado, não se suscitaria nenhum problema relativamente à competência, legitimidade ou tempestividade.

Porém, com a reclamação apresentada pelo recorrente não se pretende esclarecer obscuridade, ambiguidade, omissão, nem tão-pouco pedir declaração de nulidade da parte do acórdão que se refere à medida provisória. Ao lançar mão de mais um recurso, o senhor Ayo Abel Obire pretende mostrar a sua inconformação com o indeferimento do pedido de adoção de medida provisória, tentando provocar a reapreciação da decisão na parte que lhe foi desfavorável.

O Tribunal não pode deixar passar em claro a tentativa de se obter ganho de causa por via espúria, como, aliás, tinha ficado expresso no Acórdão n.º 10/2019, de 14 de fevereiro, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 28, de 14 março de 2019: *“Ninguém é obrigado a concordar com as decisões jurisdicionais. Ou seja: a inconformação com as decisões proferidas em processos judiciais é um direito que assiste aos intervenientes processuais e que se materializa através das diferentes formas de impugnação. Todavia, o direito ao recurso não pode ser ilimitado. O sistema permite que se interponha recurso de certas decisões, mas também estabelece limites. Pois, num sistema onde o direito ao recurso fosse ilimitado, os princípios de segurança, certeza e estabilidade jurídicas decorrentes dos efeitos do caso julgado não teriam lugar. Mas isso situar-se-ia nos antípodas do sistema*

*vigente em Cabo Verde. Por isso, nos casos em que já não seja possível interpor mais recurso dentro da mesma espécie processual, como nas decisões do Tribunal Constitucional que ponham termo ao recurso de amparo, permite-se que, por via incidental pós-decisória, se possa, designadamente, arguir nulidade com base nas causas expressamente previstas no artigo 577.º do CPC (...) É claro que a inconformação com o sentido de um acórdão que ponha termo ao recurso de amparo não pode ser considerada como causa de nulidade do aresto, sob pena de violação da norma acima transcrita. Por conseguinte, a ninguém é permitido utilizar a arguição de nulidade de um acórdão que ponha termo ao recurso de amparo para manifestar inconformação com o sentido da decisão. Apesar de não se ter pronunciado sobre a manifestação da inconformação com o sentido da decisão vertida no Acórdão n.º 02/2019 por parte do requerente, o Tribunal não podia deixar passar em claro a tentativa de se obter ganho de causa por via espúria.”*

Nem o recurso à norma do artigo 84.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (Lei do Tribunal Constitucional) serve as pretensões do reclamante. Pois, um simples olhar de relance sobre o que dispõe esse normativo deixa claro que a reclamação a que se refere o artigo 84.º da Lei do Tribunal Constitucional se dirige a não admissão de recurso de fiscalização concreta pelo tribunal recorrido. Ora, no caso em apreço, tentou-se reclamar da parte desfavorável de uma decisão tomada pelo próprio Tribunal Constitucional, provocando a sua reapreciação antes que tivesse decorrido um período de cinco dias após lhe ter sido notificado. Por conseguinte, não se enxerga qualquer analogia entre essas duas situações.

Em processos isentos de custo como o amparo, certos expedientes bordejam o abuso de direito processual.

Este Tribunal não pactua com a tentativa de desviar a sua atenção e o seu foco de questões substantivas para a reapreciação de pretensões que não se mostram ancoradas em bases constitucionais nem legais, sobretudo, depois de terem sido fundadamente rejeitadas.

### III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir a reclamação contra o Acórdão n.º 15/2019, de 21 de janeiro, na parte em que indeferiu o pedido de adoção de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 11 de abril de 2019

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 16 de abril de 2019.

O Secretário,

*João Borges*